

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
INOTD

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2019

DE NOMINAÇÃO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

MORADA Rua Dr. Amílrio Silva - Apartado 181

N. ANDAR LOCALIDADE Azurara

FREGUESIA Azurara

CONCELHO Vila do Conde

COB. POSTAL 4481-711

EM

(Assinatura do Presidente Certificado)

ADUÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Azurara

03/06/2020

Azurara, 22 Junho, 2020

ASSINATURAS

[Handwritten signatures]

ASSINATURA DO PRESIDENTE

[Handwritten signature]

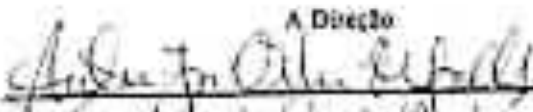
Justino DE SAATO P. Machado
Alberto de Silva Pereira

[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 501538810
Moeda: (Valores em Euros)

DESCRIÇÕES	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ. 2019	31 DEZ. 2018
ACTIVO			
Activo não corrente	9	1 266 211,62	1 266 476,39
Activo não tangíveis	9	0,00	0,00
Activos intangíveis	11.1	2 048,98	2 284,98
Investimentos financeiros		1 264 162,64	1 264 191,41
Activo corrente	9	1 024,51	791,08
Existências	11.3	1 113,82	1 051,57
Créditos a receber	11.9	55,30	1 507,84
Estado e outros entes públicos	11.2	212,50	107,50
Fundadores/benfeitores/patrocinadores/associações/sócios/membros	11.5	1 816,71	1 662,89
Diferimentos	11.8	0,00	491,84
Outros activos correntes	11.8	1 080 236,20	947 330,28
Caixa e depósitos bancários		2 284 398,96	951 107,29
Total do activo		2 290 606,13	2 281 926,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11.7	122 843,01	122 843,01
Fundos	11.7	1 827 870,85	1 410 278,81
Resultados transitórios	8.51.7	497 110,81	500 215,81
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		2 147 824,67	1 931 337,63
Resultado líquido do período		118 278,83	138 692,02
Total dos fundos patrimoniais		2 294 046,37	2 203 356,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente	11.8	3 080,86	944,00
Fornecedores	11.8	11 663,00	10 904,00
Estado e outros entes públicos	11.8	1 000,00	821,00
Diferimentos	11.10	79 280,86	78 402,00
Dívida passiva corrente		91 026,72	91 026,00
Total do passivo		3 164 250,44	2 211 026,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 294 046,37	2 203 356,27

A Direcção

 António João Alves de Fátima
 Director
 Justina e Roberto R. v/a doado
 Alberto da Silva Paredão
 Maria Luísa Castanheira
 Adm.

Contabilista Certificado


 CA 1088

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte : 501528110

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Vendas e serviços prestados	7	239 527,44	223 051,35
Subsídios, dotações e legados à exploração	8/11.11	393 412,31	390 830,48
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-23 921,12	-37 445,07
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-34 474,94	-37 115,28
Gastos com o pessoal	9	-405 632,63	-365 249,60
Outros rendimentos	11.13.13	30 674,47	30 415,60
Outros gastos	11.14	-3 746,37	-3 864,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		145 819,26	140 272,72
Devoluções de depreciação e de amortização	4.5	-30 543,19	-11 980,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		115 276,07	128 292,58
Juros e ganhos similares suportados	11.13	-8,14	-0,50
Resultados antes de impostos		115 275,93	128 292,08
Resultado líquido do período		115 275,93	128 292,08

A Direção

Contabilista Certificado

Alberto da Silva Aguiar
 Diretor Geral
 Augusto Duarte Machado
 Alberto da Silva Aguiar
 João Paulo Costa
 Catarina

Alberto da Silva Aguiar

Entidade: SAHA CASA NA MISERICORDIA DE AZULARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 501538910

	NOTAS	Creche	Pré-escolar	Armadade	PERÍODOS	
					2019	2018
Receitas operacionais		322.207,70	113.320,11	1.195,30	1.296.822,74	113.313,14
Receitas não operacionais		-704.121,11	-127.423,44	0,00	4.296.110,11	-222.299,19
Resultado Operacional		-381.913,41	-114.103,33	1.195,30	3.000.712,63	-98.986,05
Receitas extraordinárias		227.563,19	129.027,90	17.241,02	623.286,70	613.349,28
Receitas administrativas	811.111.110.111	-323.319,12	-74.702,10	19.999,99	1.111.111,11	101.305,11
Receitas financeiras	811.111.111.111	-114,00	123,26	-2.602,17	-1.700,41	1.800,41
Receitas patrimoniais (vendas de terrenos e investimentos)		68.111,00	94.150,00	104,12	111.276,11	111.111,11
Receitas de prestação de serviços		4,11	-4,11	0,00	0,00	0,00
Resultado Operacional Total		-48.222,29	66.068,68	164,31	1.111.276,11	101.305,11
Resultado não operacional		38.211,14	48.222,29	164,31	1.111.276,11	101.305,11
Resultado líquido do período		-10,15	114,97	328,62	2.222,52	0,00

Handwritten signature

Handwritten signatures and initials

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZULARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda: (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes e Utentes		241 605,70	231 921,67
Pagamentos de serviços		-2 899,21	-1 121,89
Pagamentos a fornecedores		-112 014,91	-112 446,11
Pagamentos ao pessoal		-263 892,00	-252 171,07
Outros recebimentos e pagamentos		-127 879,54	-105 847,89
Caixa gerada pelas operações		214 919,04	228 335,81
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		122 042,89	122 459,21
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7 189,26	-4 766,87
Financiamentos provenientes de:			
Empréstimos e empréstimos similares		1 611,97	1 695,07
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)		-5 577,29	-3 071,80
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos		3 408,71	11 875,89
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-425,18	-442,19
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		2 983,53	11 433,70
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		138 449,13	121 915,11
Caixa e seus equivalentes no início do período		447 832,28	616 315,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		586 281,41	738 230,88

A Direção

Contabilista Certificado

Alberto da Silva Figueiredo
 Diretor Geral
 Justino Torcato R. Machado
 Alberto da Silva Figueiredo
 Helder Silva Costa
 Carlos

[Handwritten Signature]
 CCX 11/2019

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

**Anexo
Demonstrações Financeiras
2019**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Ativos Intangíveis	12
6	Inventários	13
7	Résto	13
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados	14
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
11	Outras Informações	15
11.1	Investimentos Financeiros	15
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
11.3	Créditos a receber	16
11.4	Outros ativos correntes	16
11.5	Diferimentos	16
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	16
11.7	Fundos Patrimoniais	16
11.8	Fornecedores	17
11.9	Estado e Outras Entes Públicas	17
11.10	Outros Passivos Correntes	17
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
11.12	Fornecimentos e serviços externos	18
11.13	Outras rendimentos	18
11.14	Outras gastos	18
11.15	Resultados Financeiros	18
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
11.17	Acontecimentos após data do Balanço	19

1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Ação Social no livro 2 das Irmandades da Misericórdia, folhas 26 o verso; em 19/09/1985, com sede na Rua Dr. Américo Silva - Apart.191, Azurara – Vila do Conde. Tem os seguintes objetivos:

- Promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e população locais em tudo que respeite à manutenção e desenvolvimento das obras sociais existentes, designadamente através de atuações de caráter dinamizador, cultural e recreativo;
- Apoio à família e a proteção à infância e à velhice, através da criação e manutenção de Lares, Centros de Dia, Creches e Jardins de Infância e serviço domiciliário;
- Promoção e proteção da saúde.

2 Referencial Contabilístico da Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 210/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, espurgando erros ou ineficiências.

[Handwritten signatures and initials]

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreevaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plêntude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgadas agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controle de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- A retribuição total paga ou recebida;
- A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controle é obtido ou perdido; e
- A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controle é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzida das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Classificação	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este existe.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (Fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro da FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurada pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,915% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os "inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tomam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados,
 - o Alterações no risco segurado;
 - o Alterações na taxa de câmbio;
- Perdas decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - o Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os "Cientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Terras e recursos naturais	154.128,55				154.128,55
Edifícios e outras construções	1.462.421,78	1.230,00			1.463.651,78
Equipamento Básico	97.408,94	1.100,42			98.509,36
Equipamento de Transporte	22.650,00				22.650,00
Equipamento Administrativo	5.801,78				5.801,78
Equipamento Informático	7.707,54				7.707,54
Ferramentas e utensílios	1.875,92				1.875,92
Outros ativos fixos tangíveis	28.462,87				28.462,87
Ativo Tangível Bruto	1.796.837,38	2.360,42	0,00	0,00	1.799.197,80
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	378.283,14	27.610,43			405.893,57
Equipamento Básico	94.719,16	1.751,97			96.471,13
Equipamento de Transporte	22.650,00				22.650,00
Equipamento Administrativo	3.547,07	430,42			4.077,49
Equipamento Informático	6.458,50	440,50			6.999,00
Ferramentas e utensílios	1.539,09	134,03			1.773,12
Outros ativos fixos tangíveis	28.792,03	170,84			28.962,87
Depreciações Acumuladas	485.987,99	30.543,19	0,00	0,00	516.531,18
Ativo Tangível Líquido	1.294.674,29	28.162,77	0,00	0,00	1.296.317,62

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando adições, abates e alienações, amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Programas de computador	5.762,32				5.762,32
Ativo Intangível Bruto	5.762,32	0,00	0,00	0,00	5.762,32
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	5.762,32				5.762,32
Depreciações Acumuladas	5.762,32	0,00	0,00	0,00	5.762,32
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final
Materias-primas, subsidiárias e de consumo	1.052,59	22.461,33	4.702,11	751,03	24.194,55	0,00	1.024,31
Total	1.052,59	22.461,33	4.702,11	751,03	24.194,55	0,00	1.024,31
Costo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				27.443,07			28.521,32

7 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidas os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços	239.527,54	223.051,35
Quotas de utilizadores	238.512,04	222.207,35
Quotas e juras	1.016,50	344,00
Dívidas Réditos	1.811,97	1.905,07
Juros e rendimentos aplicações financeiras	1.811,97	1.905,07
Total	241.219,52	224.955,62

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2019			31-12-2018		
		Capital Regras	Período	Demonstração Anulada	Capital Próprio	Período	Demonstração Anulada
SS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	449.122,16	0,00	0,00	172.661,22
IPSP	Não reembolsável	0,00	0,00	4.893,24	0,00	0,00	2.107,26
Fundo (Acção Fides Tangvea - Edifício)	Não reembolsável	200.000,00	0,00	6.273,14	232.874,11	0,00	6.973,18
DRM (Acção Fides Tangvea - Edifício)	Não reembolsável	200.000,00	0,00	5.242,90	231.642,00	0,00	6.042,00
C.M. via Condição Fides Tangvea - Edifício)	Não reembolsável	6.519,31	0,00	111,45	4.081,22	0,00	111,45
Total		406.519,31	0,00	462.219,27	468.597,33	0,00	186.813,06

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram de "13". No período de 2019 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriênio 2016/2019, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral:

Presidente – Ventura Alberta Silva Saralva;

Vice-Presidente – Ana Paula Feiguerras Andrade;

Secretário – Joana Isabel Lapa Cunha Freitas.

Mesa Administrativa

Provedor – António José da Costa e Silva de Magalhães;

Vice-Provedor – Domingos António Salgado Machado;

Secretário – Tomás Manuel Magalhães Costa e Silva;

Tesoureiro – Justina Torcato Pereira Machado;

1º Vogal – Alberta da Silva Azevedo;

2º Vogal – Joaquim da Silva Maia;

3º Vogal – Eduardo José Santos Ferreira.

Conselho Fiscal

Presidente – António Luís Maia de Freitas;

Vice-Presidente – António Gomes de Araújo;

Secretário – Maria Alice Ferreira Carneiro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foram de "27" e em 31/12/2019 foram de "28".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	322.643,13	314.352,59
Indemnizações	347,63	3.375,00
Encargos sobre as Remunerações	31.436,95	69.721,85
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.387,67	3.152,83
Outros Gastos com o Pessoal	3.742,56	3.188,74
(IEFP – Estagiários ICE/CEI-)	4.093,68	1.207,49
Total	409.652,63	399.249,60

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2019 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º Horas anuais
2	Apoio ao Culto e Atividades Religiosas	520
6	Zeladora da Igreja	500
3	Zeladora das Capelas dos Passos	150
3	Apoio/Manutenção no Jardim Escola	200
2	Apoio social e educativo no jardim Escola	950

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2005, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

No período de 2019 e 2018 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
Doutros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação de Trabalho	3.048,94	2.284,96
Total	3.048,94	2.284,96

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Athro		
Quotas	212,50	197,50
Total	212,50	197,50

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	1.553,02	1.013,57
Total	1.553,02	1.013,57

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Entidades do Setor Público Administração - IEP	0,00	433,99
Total	0,00	433,99

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.816,71	1.662,94
Total	1.816,71	1.662,94
Recebimentos a Reconhecer		
Rendas recebidas antecipado	1.000,00	500,00
IEP	0,00	125,75
Total	1.000,00	625,75

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	245,89	178,99
Depósitos à ordem	53.419,70	102.704,55
Depósitos a prazo	1.076.538,73	844.946,74
Total	1.090.204,32	947.830,28

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	127.843,61	0,00	0,00	127.843,61
Resultados transferidos	1.419.279,81	108.692,02	0,00	1.527.971,83
Outras variações nos fundos patrimoniais	509.235,47	0,00	12.124,65	497.110,82
Total	2.056.358,89	108.692,02	12.124,65	2.147.926,26

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores e/c	3.100,66	944,59
Total	3.100,66	944,59

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposta sobre o Valor Acrescentado (IVA)	15,66	1.307,69
Total	15,66	1.307,69
Passivo		
Imposta sobre Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	1.098,00	7.755,75
Segurança Social	3.475,31	8.081,94
Fundo Compensação do Trabalho	101,84	56,45
Total	11.665,05	10.904,14

11.10 Outras Passivas Correntes

A rubrica "Outras passivas correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes	0,00	7.901,33	0,00	8.747,22
Pessoal - Remunerações	0,00	0,00	0,00	1,97
Fornecedores de investimentos	0,00	8.613,67	0,00	12.920,50
Credores por acréscimo de gastos	0,00	58.685,56	0,00	60.131,31
Total	0,00	75.200,56	0,00	79.402,00

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios das Entidades Públicas	190.007,60	274.283,31
Doações e heranças - Donativos	3.406,71	16.601,97
Total	193.414,31	290.885,28

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados	39.419,19	26.657,12
Materiais	4.573,80	3.149,32
Energia e fluidos	25.264,77	16.023,28
Deslocações, estradas e transportes	1.749,30	1.984,10
Serviços diversos	17.755,76	21.170,32
Encargos com utentes	5.691,72	8.461,34
Total	88.474,94	77.505,28

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Outros rendimentos e ganhos	29.062,50	28.910,57
Rendimentos Suplementares	125,00	120,00
Descontos pronto pagamento obtidos	0,67	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	14.831,28	14.553,74
Outros rendimentos e ganhos	14.091,53	13.896,77
Juros e rendimentos similares	1.611,97	1.905,07
Juros obtidos	1.611,97	1.905,07
Total	39.874,47	39.413,60

11.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	157,67	150,39
Outros Gastos e Perdas	2.979,29	2.373,00
Apoios concedidos a associados e utentes	609,21	1.359,45
Total	3.746,37	3.882,79

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,34	0,56
Total	0,34	0,56
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.611,97	1.905,07
Total	1.611,97	1.905,07
Resultados Financeiros:	1.611,63	1.904,51

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2019, foi a seguinte:

Creche – 66 utentes;

Pré-Escolar – 73 utentes.

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Azurara, 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção



Delegado Administrativo Superior
 António Augusto P. Machado
 Adjunto da Direção
 Mariana Silva Bastião
 Contabilista